



Danyel de Argolo Cardoso

A Baixada Fluminense e a Atuação da Primeira Comissão Federal de Saneamento (1909-1916).

Rio de Janeiro

2017

A BAIXADA FLUMINENSE E A ATUAÇÃO DA PRIMEIRA COMISSÃO FEDERAL DE
SANEAMENTO (1909-1916).

Danyel de Argolo Cardoso

Instituto de História / CFCH
Bacharelado em História

Murilo Sebe Bon Meihy
Doutor em História

Rio de Janeiro

2017

A BAIXADA FLUMINENSE E A ATUAÇÃO DA PRIMEIRA COMISSÃO
FEDERAL DE SANEAMENTO (1909-1916).

Danyel de Argolo Cardoso

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada por:

Prof. Dr. Murilo Sebe Bon Meihy

Doutor em História

Profa. Dra. Géssica Góes Guimarães Gaio

Doutora em História

Prof. Dr. Fernando Luiz Vale Castro

Doutor em História

Rio de Janeiro

2017

Cardoso, Danyel de Argolo.

C268B A Baixada Fluminense e a Atuação da Primeira Comissão
Federal de Saneamento (1909-1916) / Danyel de Argolo Cardoso. -- Rio
de Janeiro, 2017.
40 f.

Orientador: Murilo Sebe Bon Meihy.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade
Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Bacharel em História,
2017.

1. Baixada Fluminense. 2. História Ambiental. 3. Comissões de
Saneamento. 4. Primeira República. 5.
Rio de Janeiro. I. Meihy, Murilo Sebe Bon, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

O esforço contido nas linhas desta monografia representa um acúmulo de saberes, práticas e experiências que se relacionam diretamente com a minha trajetória dentro e fora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde o olhar técnico de historiador pôde ser inicialmente desenvolvido.

Em tempos de negação do pensamento racional e científico, do avanço do Neoliberalismo e do desmonte das universidades públicas, valorizar os saberes acadêmicos se torna um ato político, como uma espécie de reforço da amplitude e da importância que instituições como a UFRJ apresentam para a pesquisa e o ensino no país.

Entretanto, o espaço das experiências que nos guiaram até este caminho não se limita ao espaço que por tanto tempo frequentei e frequento: o IFCS, agora também IH. Para chegar até aqui, sem dúvida foi de igual importância a minha atuação como professor, que me permitiu conhecer pessoas, segmentos, idades e perspectivas diferentes, que contribuíram para ampliar as minhas e despertar uma maior sensibilidade e olhar crítico para a realidade.

Pensando nessas experiências, acasos e encontros, gostaria antes de qualquer outra menção agradecer à Géssica Góes Guimarães Gaio, doutora, professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que me carregou no colo para a produção desta monografia, acompanhando todo o trabalho, fazendo a ponte entre professores, dedicando uma parte do seu tempo e da sua vida, mesmo diante de tantos golpes e lutas que a UERJ sofreu e vêm sofrendo. Minha admiração é intelectual, humana e afetuosa. Que não se tenha dúvidas que a minha ideia de amizade se transformou. Poucas palavras nestes agradecimentos não são capazes de dimensionar a eterna gratidão que eu tive, tenho e terei. Aqui ou em qualquer parte da Península Ibérica.

A Henrique Gaio, agradeço pelo apoio e pelo incentivo. Ao término da graduação, à prova de mestrado e por, de alguma forma e por algum motivo, fazer questão de demonstrar que acreditava na possibilidade de se chegar até aqui, mesmo quando a desistência era pensamento recorrente.

Agradeço imensamente pela solicitude, presteza e compreensão do professor Doutor Murilo Sebe Bon Meihy, um ser humano fundamental neste processo, que teve sensibilidade para entender as intempéries que a graduação pode trazer e aceitou esta proposta de orientação. Agradeço também ao professor Fernando Luiz Vale Castro, por generosamente ter aceito participar desta banca.

À minha família, que me alicerçou materialmente e afetivamente e que, mesmo com a angústia do adiamento do fim de mais um ciclo, sempre esteve ao meu lado e compreendeu que o tempo caminha diferente para as pessoas. Não creio que haja quem esteja mais feliz com o término desta monografia que Andecley, Rosana e Thaís: pai, mãe e irmã.

Por fim, à Carina Capela, mulher com quem a vida se divide. Incentivadora, amiga e, sem dúvida, a pessoa que deu o pontapé para que esta monografia fosse concluída, não apenas pela insistência e preocupações constantes, mas por trazer à tona o assunto num momento crucial. Agradeço pelo incentivo, pelo companheirismo, pela compreensão e pelo amor. Todos abundantes e em igual proporção. Agradeço pela importância que tem na minha vida e que me faz ter na para ela.

Agradeço também aos amigos que se solidarizaram com a caminhada e a luta cotidianas, especialmente os Confrades Felipe, Rodolpho, Igor, Vinny, Thiago e meu primo Gabriel, prolongando ao irmão, amigo e grande exemplo Eduardo Belleza Abdala Miranda, fundamental para chegar aqui. À Francisca Rocha, companheira, analista, mãe muitas vezes e incentivadora crítica. Sem seu impulso, gentileza e sabedoria, seria tudo mais difícil. Muito obrigado.

Faço uma menção honrosa a Diego Gomes Ferrão, capitão, primo, falecido em 2015, filho da Baixada Fluminense e que, sabendo do fim destas linhas, proporia uma comemoração que só a gente saberia fazer. Saudades imensas, apenas amenizada pela certeza de que se estivesse entre nós, compartilharia sua felicidade, pois só assim ela poderia ser real.

Esforcei-me ao máximo para agradecer a contribuição de cada pessoa na construção dessa monografia. Todavia, peço desculpas se esqueci de dizer um muito obrigado a alguém.

RESUMO

CARDOSO, Danyel de Argolo. **A BAIXADA FLUMINENSE E A ATUAÇÃO DA PRIMEIRA COMISSÃO FEDERAL DE SANEAMENTO (1909-1916)**. Orientador: Prof. Dr. Murilo Sebe Bon Meihy. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História; 2017. Monografia (Bacharelado em História).

O PRESENTE TRABALHO MONOGRÁFICO ABORDA A TEMÁTICA DO SANEAMENTO DA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE, ATRAVÉS DA ATUAÇÃO DA PRIMEIRA COMISSÃO FEDERAL ORGANIZADA PARA ESTE FIM. DISCUTI A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA HISTÓRIA LOCAL, BEM COMO A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA E SUAS FORMAS DE ATUAÇÃO PARA O TERRITÓRIO, ALÉM DOS FATORES QUE LEVARAM À SUA EXTINÇÃO.

Palavras-chave: Saneamento, Baixada Fluminense, Meio-Ambiente, Administração Pública.

ABSTRACT

CARDOSO, Danyel de Argolo. **A BAIXADA FLUMINENSE E A ATUAÇÃO DA PRIMEIRA COMISSÃO FEDERAL DE SANEAMENTO (1909-1916)**. Orientador: Prof. Dr. Murilo Sebe Bon Meihy. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História; 2017. Monografia (Bacharelado em História).

THIS MONOGRAPHIC WORK DEALS WITH THE SANITATION OF THE REGION OF BAIXADA FLUMINENSE, THROUGH THE ACTION OF THE FIRST FEDERAL COMMISSION ORGANIZED FOR THIS PURPOSE. WE DISCUSSED THE IMPORTANCE OF THE STUDY OF LOCAL HISTORY, AS WELL AS THE CONSTITUTION OF THE COMMISSION IN THE FIRST REPUBLIC AND ITS FORMS OF ACTION FOR THE TERRITORY, IN ADDITION TO THE FACTORS THAT LED TO ITS EXTINCTION.

Keywords: Sanitation, Baixada Fluminense, Environment, Public Administration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA AMBIENTAL, DA HISTÓRIA LOCAL E DA MICROHISTÓRIA	13
3 A TENTATIVA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E A QUERELA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO DA PRIMEIRA REPÚBLICA	22
4 OS TRABALHOS DA COMISSÃO FEDERAL DE SANEAMENTO: DAS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES À EXTINÇÃO	29
5 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Há uma grande curiosidade quando tentamos captar que tipos de imagens são formuladas acerca da Baixada Fluminense: como morador da região, pude perceber que geralmente, além do desconhecimento geográfico – como, por exemplo, a confusão de fronteiras, geralmente inserindo bairros da cidade do Rio de Janeiro como pertencentes à “Baixada” - há uma forma difundida de enxergá-la: como um local de extrema violência.

Isso se justifica, principalmente - quando trazemos a discussão para uma memória mais recente - pelo fato desta área ser vista, durante algum tempo, de forma recorrente nos noticiários policiais. Principalmente durante os anos da Ditadura Civil-Militar, devido aos grupos de extermínio financiados pelo Governo Federal que atuavam dentro de seus municípios.¹

Apesar de a imagem violenta ter sido reproduzida fortemente durante aquele período este ser um dos fatores que contribuiu, até a década de 1990, uma carência de estudos sobre a região, Sonali Maria de Souza nos apresenta um quadro diferenciado a partir deste período, percebendo que há uma tentativa de inversão das percepções associadas à violência. Segundo a autora: Passa-se a encontrar, nos veículos de imprensa de maior circulação, reportagens com matérias diferentes daquelas que dão conta dos crimes, indicando que “apesar da violência” haveria uma produção cultural regional.² (Souza, 1992, p.35)

A partir desta época, então, os olhares acadêmicos voltam-se novamente para Baixada Fluminense e há um consequente aumento dos estudos referentes ao local. Sendo assim, o trabalho monográfico que será desenvolvido por nós não tem a pretensão de preencher lacunas historiográficas, mas a proposta de enriquecer os estudos regionais e compreender, sob um ponto de vista diferenciado – o da história ambiental - o desenvolvimento de problemas referentes ao passado, mas que ainda hoje estão presentes no cotidiano dos moradores.

É importante dizer, neste ponto, que a escolha de nosso trabalho não se deu ao acaso. Trabalhar com a “Baixada da Guanabara” é uma forma de conseguir viabilizar uma das

¹Em ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao Extermínio: Uma história da Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003. Encontramos uma discussão mais aprofundada com relação à violência na Baixada Fluminense, desde os seus primórdios com a formação da Guarda Nacional no Brasil até uma discussão mais recente, sobre a qual fazemos menção nesta parte do trabalho.

²A própria autora nos diz, em nota, que surgem títulos como “Baixada também é cultura” e “A Baixada é linda”, nos jornais de maior circulação.

possibilidades que o curso de graduação em história nos proporciona, desde a nossa entrada no bacharelado: ampliar a percepção de mundo e contribuir criticamente para tal. Enquanto morador da região, portanto, desejo que a monografia a ser desenvolvida proporcione melhor compreensão de uma parte deste mundo no qual estou inserido e que, com o passar do tempo, aprendi a deixar de negar, nutrindo, hoje, um grande orgulho, devido às suas grandes riquezas, dentre elas, a riqueza histórica.

Sendo assim, a monografia apresentada nestas páginas caracteriza-se como a continuidade de estudos iniciados no segundo semestre de 2009, quando cursava a disciplina de história e ecologia. A partir dela, pude desenvolver uma pesquisa para a conclusão do curso, ministrado pelo prof. Dr. José Augusto Pádua, possibilitando-me conciliar dois campos de estudos que, cada vez mais, ganham destaque na historiografia nacional: a história ambiental e a história regional, buscando conhecer as transformações ambientais que a região sofreu durante os primeiros anos do século XX.

Neste trabalho, pretendemos analisar os relatórios da Comissão Federal de Saneamento para, organizados para a região denominada, hoje, como Baixada Fluminense, entre os anos de 1909 e 1916. Compreendendo, atualmente, 14 municípios na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, nem sempre o local recebeu esse nome. Por conta disso, é importante salientar que, à época de nossa documentação atribuíam-se nomes como “Baixada da Guanabara”, “Baixada Fluminense” e “Baixada do Estado do Rio de Janeiro”. Três nomes representativos de uma das “baixadas” nas quais as Comissões de Saneamento dividiam o estado.

De acordo com Maria Aparecida Figuerêdo, em decorrência do período econômico favorável, devido ao apogeu da citricultura na região, houve investimentos públicos direcionados para a área naquele momento. Uma das preocupações, portanto, se dava com a implantação de um programa de saneamento da baixada, visando solucionar problemas que sempre a assolaram, possibilitando o desenvolvimento dos transportes e ocupação de terras em sua ação (Figuerêdo, 2004, p.18).

Sendo assim, a comissão inicia os seus trabalhos em 1910, promovendo relatórios até 1916, quando o contrato com a empresa alemã Grueber Godhart acaba. Durante a década de 1920, outra comissão é convocada e em 1934 ocorre a apresentação dos documentos que seriam os últimos da diretoria de saneamento da baixada fluminense já que, anos depois, segundo Simone Fadel, a instituição “foi extinta e incorporada ao departamento nacional de obras” (2006, p.163), entretanto não as contemplaremos nestas linhas.

Optamos, pois, por este recorte, para fazer de nossas fontes um referencial que responda às inquietudes desenvolvidas. Tomando como base os relatórios, podemos, através das análises técnicas, compreender de que forma questões como geologia, clima, trabalhos executados, economia, transportes e malária são abordados e trabalhados nos relatórios anteriores e como, a partir daqueles, são projetadas para as posteriores intervenções governamentais na região.

Para alcançar este objetivo analítico, nosso esforço a partir daqui consiste em tentar lançar um olhar sob a perspectiva teórica da história ambiental a uma realidade bem específica. Propusemo-nos, portanto, a tarefa de analisar o que, segundo Simone Fadel em sua tese de doutoramento, “se constituiu como marco no que posso chamar de ciclo de comissões de saneamento” (Fadel, 2006, p.163) no começo do século xx, buscando uma “abordagem mais ampla e inclusiva de investigação histórica” (Pádua, 2010, p.94), tendo por base perspectivas teóricas da história ambiental.

2 PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA AMBIENTAL, DA HISTÓRIA LOCAL E DA MICROHISTÓRIA

Em nossa trajetória de vida, inúmeras vezes aprendemos sobre o que acontece no mundo, nos admiramos com lugares distantes, somos provocados e nos provocamos o estranhamento e a reflexão sobre outras culturas, mas não sabemos, ou não atentamos para o que existe e ocorre no local em que vivemos, muitas vezes não nos sentindo pertencentes ou não vinculando de forma consciente a nossa construção de identidade ao mesmo.

Diante desta abstração, intencional ou não, esquecemos a ideia de que qualquer localidade no mundo é um espaço desenvolvido a partir das experiências de pessoas que estão inseridas nele, numa intensa relação indivíduo-espaço, em que a forma como se trabalha, se diverte, o que se produz, do que se alimenta e outras características da vida em sociedade, vão desenhando o cotidiano da própria vivência, dando feição ao espaço e, aos poucos, definindo os contornos e a substância do que é o local. A partir da lembrança da existência dessas relações, da qual também fazemos parte, pode-se retomar a ideia de pertencimento e identidade.

Neste sentido, e pensando na construção do indivíduo e sua relação com o ensino de História, que pode ser um instrumento importante no desenvolvimento da identidade e pertencimento, entendemos que o alcance da compreensão, por parte do sujeito, de que constrói a própria vida e produz a sua história, dessa forma construindo e produzindo a história de outras pessoas, liga-se intimamente com o reconhecimento da construção e da produção do espaço no qual se está inserido. Ou seja, conhecer o seu espaço de vida é também conseguir reproduzir-se como sujeito.

Esta realidade a ser compreendida pode ser o bairro, a cidade, o estado, ou qualquer outra alcunha formal que se atribui a um espaço que apresenta uma lógica organizacional que se manifesta como uma resposta aos estímulos e capacidades das pessoas e grupos que ali habitam, - mas também externos, já que não há um isolamento - gerando uma identidade específica, através de marcas e características próprias. Neste caminho, o desafio é: como, através do Ensino de História, podemos desenvolver esta leitura da realidade que nos cerca?

Segundo Jorn Rüsen, um dos princípios é o de ordem teórica e

diz respeito às orientações e discussões sobre as condições, finalidades e objetivos do ensino de história e envolve questões como “para que serve ensinar a história?”, “por que trabalhar história na escola?” e “que significado tem a história para alunos e professores?” (Rüsen, 1987, p. 61)

A resposta a estas indagações pode ser encontrada em vertentes historiográficas que entendem a história como o estudo da experiência humana no tempo (Thompson, 1981). Essa concepção nos permite compreender que a História estuda a vida de todas as mulheres e homens, tanto no plano individual quanto coletivo, com a preocupação de recuperar o sentido destas experiências.

Neste caminho, tal critério pode ser utilizado como norteador na seleção de conteúdos com o objetivo de contribuir para a formação de um pensamento crítico e autônomo de consciências individuais e coletivas e, a partir delas, possibilitar a inscrição dos sujeitos na realidade, para melhor conhecê-las e transformá-las. De acordo com Paulo Freire:

os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descobrem que sabem pouco de si (...) e se fazem problema eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas (Freire, 1970, p. 29).

Ao adotarmos o princípio proposto por Rüsen, torna-se necessário a busca por novos conteúdos e problematizações históricas, novas histórias lidas a partir de novos sujeitos, recuperando a vivência pessoal e coletiva daqueles que estão envolvidos no ensino de História e colocá-los como participantes da realidade histórica, que deve ser analisada com o objetivo de ser convertida em conhecimento histórico e em autoconhecimento, uma vez que, desta maneira, os sujeitos podem inserir-se a partir de um pertencimento, numa ordem de vivências múltiplas e contrapostas, no todo e nas partes do real.

Desse ponto de vista, a consciência histórica dá à vida uma concepção do curso do tempo, trata do passado como experiência e “revela o tecido da mudança temporal no qual estão amarradas as nossas vidas, bem como as experiências futuras para as quais se dirigem as mudanças.” (Freire, 1970, p. 29). Essa possibilidade, como afirma Freire (1970), pode ser indicativa do reconhecimento da desumanização como realidade ontológica e histórica e também pode levar à pergunta se a humanização é possível.

Assim, segundo Jorn Rüsen (1992; 2001), a consciência histórica relaciona “ser” (identidade) e “dever” (ação) em uma narrativa significativa que toma os acontecimentos do passado com o objetivo de dar identidade aos sujeitos a partir de suas experiências individuais e coletivas e de tornar inteligível o seu presente, conferindo uma expectativa futura a essa atividade atual. Portanto, a consciência histórica tem uma “função prática” de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica.

Ainda seguindo o autor, teríamos quatro tipos de consciência histórica: tradicional (a totalidade temporal é apresentada como continuidade dos modelos de vida e cultura do passado); exemplar (as experiências do passado são casos que representam e personificam regras gerais da mudança temporal e da conduta humana); crítica (permite formular pontos de vista históricos, por negação de outras posições); e genética (diferentes pontos de vista podem ser aceitos porque se articulam em uma perspectiva mais ampla de mudança temporal, e a vida social é vista em toda sua complexidade).

Estes conceitos, tomados de Rüsen, apontam para o fato de que a construção da consciência histórica exige conteúdos que permitam o desenvolvimento de uma argumentação histórica crítica e genética, de uma contranarrativa, na medida em que tais conteúdos buscam a mobilização, não de todo o passado, mas de experiências múltiplas e específicas do passado relacionadas à sua própria experiência e que permitam uma compreensão mais abrangente da realidade.

Nesta linha, entendemos a História Local como um campo diretamente ligado à produção de uma consciência histórica, sendo pensada, a partir dos conceitos expostos anteriormente, “como um saber ordenado e ordenador, e que, nessa qualidade, condiciona a própria percepção das experiências de vida partilhadas por determinados sujeitos” (Gonçalves, 2007). Como afirma Márcia de Almeida Gonçalves:

A história, enquanto conceito polissêmico, remete a dois grandes sentidos, quais sejam, a história como experiência, a história como conhecimento. O adjetivo local, por sua vez, responde por uma qualificação que estabelece a circunscrição de um lugar. Esse sentido se manifesta mais claramente no uso do verbo localizar, qual seja, situar algo em um lugar, o que, por outro lado, nos leva a uma ação. A história local é, em intrínseca complementaridade, conjunto de experiências de sujeitos em um lugar e também, o conhecimento sobre o conjunto dessas experiências. (Gonçalves, 2007, p. 4)

Para complementar a compreensão, deve-se pensar no conceito de local e um autor particular nos ajuda no desenvolvimento desta argumentação: Alain Bourdin, que privilegia o local como categoria de análise de processos nos quais se manifesta a relação entre ação e lugar. Colocado desta forma, o local seria uma seleção feita por quem desejasse pensar sobre a ação humana em recortes geográficos específicos, delimitados pelas noções matemáticas de medições e grandezas que culminam em fronteiras e limites geográficos pré-determinados.

Contudo, para as ciências humanas, diferentemente da lógica matemática, a escolha do local não segue de forma rígida as imposições de uma classificação circunscrita à sua extensão. Como nos indica Gonçalves:

Nas suas materialidades históricas, e exatamente pelas múltiplas variações que essas assumem, o que é reconhecido e identificado como pertencente ao âmbito local possui configurações diversificadas. A título de exemplificação, o local pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição – escolas, universidades, hospitais -, e como escolha por vezes recorrente, a um espaço político-administrativo, como distritos, freguesias, paróquias, municipalidades. (...) o local é um lugar de sociabilidades marcado pela proximidade e pela contigüidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem (...). (Gonçalves, 2007, p.3)

Tais escolhas metodológicas e teóricas apresentadas poderiam criar uma contradição na escolha do objeto de estudo por parte do historiador. Basta observarmos que, se a noção de local apresentada por Bourdin se circunscreve a limites matemáticos e geográficos e a História, assim como a Antropologia e a Sociologia têm feito usos menos restritos desta categoria, o objeto se apresenta como algo indefinido.

Entretanto, neste paradoxo referente à afirmação ou à negação dos limites impostos pela dimensão numérica de um local, se ele condiciona e é condicionado, se é marcado por relações de proximidade e contigüidade, a possibilidade de conhecê-lo e estudá-lo só se torna possível diante do conceito de escala de observação. Para Gonçalves:

a escala de observação é o alicerce que fundamenta grande parte das operações cognitivas associadas à produção do conhecimento histórico. No caso das escolhas procedidas pelo historiador, a explicitação epistemológica de seus procedimentos teóricos e metodológicos tornou-se, em tempos hodiernos, um caminho de garantia das mazelas e paradoxos de seu ofício. É, nesses termos, por um lado, que o uso do conceito de escala de observação adquire significação ao viabilizar a construção de uma abordagem requalificadora de adjetivos – nacional, regional, local, individual, macrossocial, microssocial - há muito empregados pelos que gostam de contar histórias. (Gonçalves, 2007, p. 5)

Apesar de nosso ponto de divergência com Alain Bourdin, ainda assim, neste trabalho, nos valem da categoria indicada por ele, por compreendermos que uma análise baseada nas relações entre ação e lugar é um esforço cujo objetivo tenta dar conta da enorme variação histórica que o qualificativo local passou a designar, não só ao longo do próprio uso acadêmico, mas, especialmente, em função de algo que é contemporâneo a nós: as sociedades em rede, já que segundo o autor, nos últimos trinta anos, a reflexão sobre o objeto local se relacionou diretamente com os estudos sobre a globalização e seus efeitos, destacando entre eles o revisionismo e o debate sobre a questão nacional.

Neste sentido, o conceito de escala de observação tem sido pensado e problematizado, no mesmo recorte temporal citado anteriormente, entre autores associados à micro-história, termo referente a historiadores como Giovanni Levi e Carlo Ginzburg, fundadores da revista intitulada *Quaderno Storici*, e diretores da coleção *Microstorie*, publicada pela Editora Einaudi, na década de oitenta, a micro-história acabou adquirindo características muito

próprias, criando caminhos comprometidos em construir uma História com recortes mais circunscritos de análise das relações sociais.

Luís Reznik, em seu artigo “Qual o lugar da História Local?”, também nos indica tal associação:

Refletir sobre história local, no momento atual das produções e discussões historiográficas, nos remete necessariamente a uma interseção com a micro-história. Os historiadores que se filiam a essa prática historiográficas pretendem construir narrativas que tem buscado uma “descrição mais realista do comportamento humano”. Por um estilo realista compreendem tanto um recorte que privilegia as histórias particulares de indivíduos, vilarejos e grupos específicos(...) (Reznik, 2000, p. 3)

Para Jacques Revel, a micro-história deve ser encarada como um “sintoma historiográfico”, que se constitui como uma reação às metodologias e eixos conceituais consagrados por uma “inteligibilidade global do social, e centrados na eficácia de uma abordagem macrossocial totalizadora” (Reznik, 2000, p. 4). Neste sentido, devemos compreendê-la como uma mudança nas escalas de observação, que permite que o local passe a ser o centro de análise e constitua uma nova densidade no quadro das interdependências entre agentes e fatores constitutivos de determinadas experiências históricas então eleitas pelos historiadores. Nesse novo quadro, cada aparente detalhe, que pudesse passar despercebido para um olhar apressado ou na busca exclusiva das grandes ideias, adquire valor e significado nas múltiplas relações de seus elementos constitutivos.

Qual seria então, com relação à História Local, a nova densidade possibilitada por essa interseção com a micro-história? Para se responder à pergunta, devemos nos remeter à clássica Historiografia Brasileira. De acordo com Reznik,

A historiografia brasileira está impregnada por narrativas que discursam sobre a nação, a pátria, a sociedade, o Estado brasileiro. Esta afirmação, longe de ser tautológica, designa o lugar que o recorte temático “nacional” assumiu entre os historiadores brasileiros. Os grandes textos, os clássicos da historiografia, aqueles que tomaram lugar no panteão consagrado pelo pensamento político e social, lidos como referências obrigatórias nas nossas universidades, escritos pelos que se tornaram nossos mestres historiadores, remetem-nos, inequivocamente, à uma História do Brasil. (Reznik, 2000, p. 1)

Não nos cabe, nestas linhas, estabelecer um debate ou delimitar um histórico sobre a produção clássica da historiografia tradicional, que remete à construção do Estado Brasileiro no século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do atual Arquivo Nacional e chega à moderna historiografia brasileira, construída após a implantação dos cursos de pós-graduação na década de 1970, mas sim remontar ao debate sobre a ideia de História Nacional, para compreendermos como a História Local atrelada à micro-história

altera as escalas de observação possíveis.

Tradicionalmente, as narrativas historiográficas produzidas têm um forte sentimento de pertencimento da sociedade e dos indivíduos à Entidade Nacional. A ideia primordial de que somos todos brasileiros se sobrepõe a outros recortes ou sistemas de representação cultural como a cor, o gênero ou a religião, por exemplo. Neste caso, a identidade nacional estabiliza “tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis” como afirma Stuart Hall em “*Identidade Cultural na pós-modernidade.*” (Stuart Hall, 2000)

A Identidade Nacional é um discurso, um sentido simbólico que orienta nossas ações e a concepção que temos de nós mesmos. De forma complementar a esta ideia, Reznik aponta:

Esses sentidos são construídos, em grande parte, pelas imagens e símbolos que são socializados, através de inúmeros mecanismos de produção e difusão, estatais ou não, através das mais variadas memórias e histórias; enfim, discursos, sobre o ser brasileiro, sua história, seus gostos, seus comportamentos. (Reznik, 2000, p. 2-3)

Nesse sentido, segundo Benedict Anderson, a nação pode ser entendida como uma *comunidade imaginada*, construída principalmente por narrativas históricas do século XIX, que fundaram identidades e naturalizaram as entidades nacionais sob a unidade tripartida do Estado, Território e Povo e constituídas por três elementos: memórias do passado, desejo por viver em conjunto e perpetuação da herança.

Reflexivamente podemos concluir que os três elementos citados anteriormente não constituem apenas as entidades nacionais, mas também a formação de identidade de quaisquer grupos, sejam eles vinculados à comunidade nacional, religiosa, étnica ou local. Sendo assim, ao verificarmos a escala de observação alterada pela História Local, podemos concluir que esta não representa uma oposição à História Nacional tradicional, mas se apresenta como uma complementaridade, fundamental para a formalização de críticas às diversas éticas de inserção que os sujeitos pertencentes a essas comunidades (locais ou nacionais) desenvolvem. Para compreendermos melhor, Gonçalves conclui:

(...) podemos concluir que a ênfase sobre a história local não se opõe às histórias nacionais. O recorte sobre a história local apenas designa uma delimitação temática mais ou menos inclusiva, em função das redes de interdependência e sociabilidade entre determinados atores, no lugar escolhido. A eleição da história local não diminui ou reduz ou simplifica o número de aspectos, variantes e interferentes de uma trama social. No recorte priorizador do local, cada detalhe mais ou menos aparente pode adquirir significação própria, o que não ocorre em uma abordagem centrada em planos mais macroscópicos de análise. (Gonçalves, 2007, p.8)

Ao excluirmos a possibilidade de antagonismo entre a História Local e a História Nacional e enxergando que esta relação se apresenta como necessária à formação da identidade e pertencimento dos mais variados grupos, encaminhamos mais um ponto de análise e entrelace proposto neste trabalho: as possibilidades de associação da História Local, com a História Ambiental, na construção de identidade e pertencimento, através da disciplina História.

Inicialmente, devemos recorrer a Donald Worster quando nos faz pensar no papel que a História Ambiental pode ocupar hoje, dentro da disciplina histórica. Retomando a crítica a uma história dos grandes eventos, Worster cita o exemplo dos *Annales* para afirmar que a história reinventa-se de várias formas: dos grandes líderes e Estados até as camadas ocultas de classe, gêneros e etnias. Sendo assim, a história ambiental assume, hoje, mais uma possibilidade de análise histórica, percebendo a Terra como um agente e uma presença na história. Segundo Worster,

Em termos bem simples, portanto, a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana. Há um consenso de que "natureza" designa o mundo não-humano, o mundo que nós não criamos originalmente. O "ambiente social", o cenário no qual os humanos interagem uns com os outros na ausência da natureza, fica, portanto excluído. Excluído também fica o ambiente construído ou fabricado, aquele conjunto de coisas feitas pelos homens e que podem ser tão ubíquas a ponto de formarem em torno deles uma espécie de "segunda natureza" (Worster, 1991, p. 201).

Encaminhando a análise, Willian Cronon nos fornece um auxílio ao afirmar que “os atos humanos ocorrem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tão ecológicos como culturais”³.

Sendo assim, teríamos três possibilidades para trabalhar com a História Ambiental: o entendimento da natureza propriamente dita, tal como funcionou e se organizou no passado; a introdução de um domínio sócio-econômico, tentando compreender que tipos de relações sociais brotam da interação entre seres humanos e natureza (o espaço na cultura, segundo admitimos aqui); e a terceira, que permeia o nosso trabalho com maior incidência que os outros dois, um tipo de “interação mais intangível” (Worster, 1991, p. 202), que leva em conta as relações mentais ou intelectuais, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo, com a natureza (Worster, 1991, p.202).

³ “Los actos humanos ocurren dentro de una red de relaciones, procesos y sistemas que son tan ecológicos como culturales” (Cronon, 2002, p.31)

Independente do enfoque metodológico escolhido e proposto pelo Historiador, afirmamos que nas três possibilidades nos remetemos às bases que dão sentido à constituição da identidade de um grupo nacional ou local: memórias do passado, desejo de viver em conjunto e perpetuação de uma herança.

Em tempos de globalizações e mundializações, a constituição da identidade e do pertencimento transborda a do sujeito moderno, “unificada e estável” (Hall) e tendem a ser mais variáveis. Ao colocarmos a História Local atrelada à construção dessas identidades, podemos claramente também nos valer da História Ambiental para a construção desse esforço, já que o espaço natural também se constitui como um elemento de interação dos sujeitos, influenciando e sendo influenciado pelo desenvolvimento de suas noções críticas, ampliando, inclusive, o nosso debate, já que a preocupação com o ambiente, nos últimos trinta anos, se tornou uma das principais pautas de discussão no mundo.

Sendo assim, para muito além da conjunção “História Nacional” e “História Local”, o estudo da História Ambiental nos permite redimensionar os debates aqui já traçados e relacionarmos com a constituição de uma “História Global”, como aponta Revel:

(...) não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é (...) uma versão diferente. (Revel, 1988, p. 28)

Se a escala de observação do historiador se volta para a relação entre ação e espaço, na perspectiva do local, o espaço natural pode estar inserido em seu enfoque, ajudando a circunscrever questões referentes a como esse espaço se organizou no passado, quais relações sociais se desenvolveram a partir da relação do homem com a natureza e quais os usos e desusos que os sujeitos (indivíduos ou grupos) estabeleceram com o mesmo. Para Reznik:

(...) a história local não deve ser projetada como um valor superior para a admiração e valorização da pequena pátria – no estilo “eu me ufano da minha terra” –, mas como a “costura” de um retalho dos processos de identificação do sujeito. (Reznik, 2000, p. 3)

Conclusivamente a História Local e a História Ambiental se oferecem como uma possibilidade para o desenvolvimento de um sentido de identidade e pertencimento, rompendo o debate da História Local e Nacional, fazendo com que esse esforço aponte para a constituição de uma História Global, em que o indivíduo consiga, de forma crítica, compreender que o pertencimento a estas esferas é interdependente, nos relegando à ideia de

que eu apenas pertencço ao planeta, por que pertencço ao local, assim como o contrário também se afirma, sendo tal assertiva possibilitada por tal proposta de análise contida da disciplina de História.

3 A TENTATIVA DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA E A QUERELA POLÍTICA NO RIO DE JANEIRO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A Baixada Fluminense é um conceito que se refere atualmente à uma parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Ao longo de sua História, muitos foram os nomes utilizados para referir-se a este pedaço de terra, como Recôncavo da Guanabara e Grande Iguaçu. Segundo Lúcia Helena Pereira da Silva,

Para entender o sentido social das diversas mudanças das nomenclaturas do lugar é necessário percorrer o processo de ocupação e das dinâmicas produzidas pelos diversos agentes na região, inclusive o Estado em suas múltiplas esferas. (SILVA, 2014, p.1)

Baixada Fluminense é um termo importado da Geografia e diz respeito a todo o território que se estende de Itaguaí a Campos que, em seu histórico de produções em larga escala, incluía a cultura de cana-de-açúcar, na metade do século XVIII, o café nas primeiras décadas do XIX e a citricultura em fins do XIX e começo do XX. Em menor escala, voltados para o consumo familiar, banana, milho e arroz, coexistindo com as primeiras.

Com relação aos dois primeiros, Waldick Pereira nos diz: “à fase da cana-de-açúcar seguiu-se a do café, ambas exaurindo as terras mais ricas e devastando as matas responsáveis pela manutenção de muitos rios, hoje transformados em riachos ou até mesmo desaparecidos.” (Pereira, 1977, p.113).

Após este período, ainda segundo o autor, houve um abandono das terras de muitas fazendas, antes dedicadas a outras atividades produtoras e ao plantio específico em algumas lavouras de produtos como milho, feijão e mandioca, voltados para o mercado interno, devido às formas de transporte de produtos que ocorriam no local. Inicialmente, a devastação da mata para a construção de estradas, servindo como caminho para os tropeiros e a utilização dos rios para o transporte fluvial eram muito importantes para a região, fazendo com que uma quantidade considerável de pessoas fossem atraídas para executar tais tarefas.

Com o desenvolvimento dos meios de transporte – estradas de ferro, principalmente – para o escoamento da produção, houve um recuo das florestas, o esgotamento dos solos e uma modificação na estrutura social. Segundo Felipe Rangel Tavares,

As terras cansadas da Baixada Fluminense não podiam competir em termos de produtividade com outras regiões produtoras, e devido ao assoreamento de rios e falta de braços para desobstruí-los, ela também perdia a conexão com os portos. O

abandono de terras, de cultivos, de casarões de grandes fazendeiros possibilitou que a natureza retomasse o seu lugar. Os rios voltaram a alagar as margens das planícies e a vegetação voltou a crescer, retomando o aspecto pantanoso da região, que agora exibia ruínas das grandes fazendas, caminhos rudimentares não mais utilizados e entre a mata que havia crescido novamente, podiam ser encontrados pés de café e laranja, indícios de um período que marcou a história ambiental do Recôncavo da Guanabara. (TAVARES, 2010, p.2-3)

Sendo assim, as terras abandonadas e a diminuição das atividades de plantio dentro da região possibilitaram à natureza local uma espécie de recuperação. Onde antes havia intensa atividade da espécie humana, através da agricultura principalmente, há uma diminuição intensa que permite, de certa forma, a recuperação da fertilidade do solo, que estava voltando à condição da natureza encontrada anteriormente, com poucas modificações humanas.

Neste sentido, apesar de Renato Mendes utilizar um recorte temporal que vai de 1892 a 1920 para relatar o período de máxima decadência da Baixada Fluminense e, conseqüentemente da Região de Iguazu (1948, p.33), basta observarmos o período de predominância da citricultura - meados da década de 1910 (data que se encontra com o período de nossas fontes primárias) e fins de 1940 – e entendemos que a delimitação de Mendes poderia se mostrar equivocada, já que esta produção está inserida no período delimitado pelo autor.

Entretanto, compreendemos que há uma coexistência de fatores: a decadência e o abandono de terras desde o século XIX na região e, ao mesmo tempo, a produção agrícola voltada para o plantio da laranja em alguns pontos. O “caminho de volta” da natureza, percebido nesse momento, combinado com o projeto de modernização da região, sem dúvida foi um dos fatores que possibilitaram à laranja ter o seu período de auge, mesmo com uma relativa crise dos grandes proprietários de terras no território.

A Baixada Fluminense no início do século XX apresentava uma forte relação com a produção agrícola (MENDES, 1948). A cultura da laranja demonstrava-se pujante, principalmente na porção oeste localizada nas terras que marcavam a antiga vila de Iguassú que recebia a alcunha de “Cidade Perfume” (Souza, 1992, p.46). Entretanto, essa economia agrícola, pouco tempo depois, presenciaria uma relativa queda impulsionando novos usos para as terras agricultáveis. Terras, que paulatinamente iriam ser incorporadas a lógica urbana (Soares, 1962, p. 57).

Associada às demandas territoriais oriundas do século XIX, a intensificação do processo de urbanização em curso acabaria fomentando a necessidade de constituição de projetos que

versassem para a temática do saneamento nessa área, incorporando dessa forma a porção oeste da Baía de Guanabara à agenda de políticas territoriais do Estado no início do século XX.

Os estudos sobre o saneamento no período da Primeira República geralmente apresentam uma combinação de saneamento e modernização e são divididos em dois momentos e com dois recortes temporais diferentes: no início do século, com a reforma de núcleos urbanos (como aquela feita na capital da República) e na segunda década do século XX, voltando-se para as regiões rurais que, segundo Simone Fadel, “significou o despertar do país para o povo doente que vivia no seu interior, para além das cidades. Este povo, eleito símbolo de nacionalidade por alguns pensadores, encontrava-se assolado por doenças endêmicas.” (FADEL, 2006, p. 9).

Em 1916, o Instituto Oswaldo Cruz publicou cadernos de viagens retratando a condição precária das populações do interior de Goiás e de alguns estados do Nordeste. Dois anos depois, Belisário Pena, que trabalhou na Diretoria Geral de Saúde Pública, publicou Saneamento do Brasil, em que denunciava as falhas da saúde no interior do país e concluía, de acordo com Luís Antônio de Castro Santos, que nada se poderia fazer para as populações rurais, caso não fossem unificados os serviços de saúde pública.

Neste sentido, percebemos um desejo centralizador associado à ideologia sanitarista, que emerge das elites políticas que, a partir do estudo de Pena, puderam atestar a real necessidade de o Estado preocupar-se com a questão sanitária do território rural e mover os esforços que antes ficavam concentrados nas capitais e grandes cidades.

Segundo Gilberto Hochman, a “Era do Saneamento” foi inaugurada quando “a saúde pública, envolvida numa política de cunho marcadamente nacionalista, foi alçada ao topo de agenda política nacional” (Hochman, 1998, p.15) e, tendo se iniciado na década de 1910, representou maior conscientização sobre os problemas sanitários do país.

Fica claro neste ponto que, compreender a emergência da questão sanitária rural como fator mobilizador da intervenção pública federal, é de extrema importância para caminharmos no entendimento da própria organização das Comissões de Saneamento da Baixada Fluminense na segunda década do Século XX, pois concluimos que os dois fatores não estão desassociados.

Não se trata de afirmar, nestas linhas, um papel determinante do contexto histórico para o processo estudado, como se houvesse uma relação de causa e consequência entre os dois, mas de apresentar o panorama que a república vivia no recorte temporal proposto e

pensar nas possibilidades de ligação entre os dois. Neste caso, as comissões de saneamento são organizadas ao mesmo tempo em que as elites políticas desenvolvem uma maior preocupação com a saúde e a salubridade em regiões de interior. Ou seja, pensar os projetos e intervenções que foram propostos dentro de uma determinada conjuntura, não sendo uma consequência, mas uma parte da mesma.

Ainda nessa perspectiva, Simone Fadel (2006, p.7) aponta que “ao final de um ciclo de formação de Comissões Federais e Estaduais de Saneamento, cria-se a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, vinculada ao ministério de Viação e Obras Públicas”. Segundo a autora, a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense é constituída apenas na década de 1930 sob direção do engenheiro Hildebrando de Góes.

Os projetos de intervenção na Baixada foram previstos antes da criação desta diretoria, como nas informações contidas no Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1911 (p.476) onde se apontavam “a necessidade de dragagem e ampliações e limpeza de canais e cursos de rios na baixada do Rio de Janeiro”. Leonardo Jefferson Fernandez (2013, p.1188) destaca também que a própria Comissão Federal de Saneamento instituída no início do século XX, tinha como missão examinar os planos, estudos plantas e relatórios elaborados desde 1894 pela Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro.

Além das questões apresentadas, é importante dedicar, para melhor compreensão do processo, atenção à atuação de Nilo Peçanha e entender a sua importância para o processo de implantação das comissões.

Quando a República foi proclamada no Brasil, a economia do estado do Rio de Janeiro encontrava-se em crise e em profunda decadência, devido aos problemas na produção de café e açúcar, o que provocou a necessidade, por parte dos grupos que administravam o Rio, de reduzir e tentar superar tal problema.

Neste caminho, observa-se uma divisão dos interesses daqueles que estavam preocupados em recuperar o estado fluminense, já que dois grupos dominaram o cenário político naquele momento: o de Francisco Portela, empossado pelo Governo Provisório de Marechal Deodoro da Fonseca (1889 – 1891) e o de Nilo Peçanha, seu opositor. Segundo Adriana Souto,

O primeiro governador do Rio de Janeiro, Francisco Portela, tinha seu poder abalizado pelo seu apoio incondicional ao governo federal, mas a renúncia do General Deodoro da Fonseca, então presidente do governo provisório, potencializou a retirada das lideranças estaduais, inclusive Portela, no estado fluminense. (Souto, 2015, p.1)

Com a saída de Portela em 1891, seu correligionário Tomás Porciúncula assumiu o

poder do estado do Rio, associando-se ao substituto de Deodoro, Floriano Peixoto. A esta nova aliança, seguiu-se mais dois mandatos de poder para o grupo de Portela e Porciúncula: os governadores foram Mauricio de Abreu (1894-1897) e Alberto Torres (1897 – 1900) ⁴, respectivamente, passando por dois mandatos de presidente⁵, demonstrando uma estabilidade de poder no início da república apenas quebrada pelo desacordo em torno da possibilidade de transferência da capital estadual, como nos mostra Renato Luiz do Couto Neto Lemos,

A mudança da capital, para fugir à área de influência da cidade do Rio de Janeiro, era um tema já tradicional nos debates políticos fluminenses, e desde a posse de Portela, Campos reivindicava abrigar a sede do governo estadual. No entanto, embora fosse político de tradição campista, Portela não desfrutava de apoio unânime naquela que era a cidade de maior densidade política e cultural do estado. A escolha de Teresópolis, que na época estava muito distante do que se poderia considerar uma cidade, certamente refletia o desejo do governador de constituir um núcleo de sustentação política livre de quaisquer influências. (Lemos, 1989, p.53)

Este é o ponto em que Nilo Peçanha se aproxima do governador do estado Alberto Torres, com o objetivo de conseguir, junto ao então presidente da República Campos Sales, a indicação de Quintino Bocaiuva (1900 – 1903) para o poder executivo estadual, o que representava o fim da estabilidade do antigo grupo dominante.

Após Quintino Bocaiuva, Nilo Peçanha aparece como seu sucessor, governando o Rio de Janeiro entre 1903 e 1906 e desenvolvendo durante sua trajetória política (ocupando inclusive o senado, o ministério das relações exteriores e a presidência da república no seu ápice) uma forma de governar o Rio de Janeiro que seria conhecida como Nilismo.

Preocupado com a recuperação econômica do estado, Nilo Peçanha via na construção de uma política administrativa duradoura, uma das possibilidades para alcançar seu objetivo. Neste sentido, começa a atrair lideranças que se posicionavam contra seu grupo. Segundo Silvia Pantoja de Castro,

O plano arquitetado para a consolidação do nilismo por meio da cooptação de elementos opositores foi testado em três situações especialmente significativas: as negociações em torno da criação de prefeituras, a reorganização da comissão executiva do partido oficial - que no governo Nilo passou a ser mais uma vez designado pela sigla PRRJ - e as eleições estaduais e municipais de 1904. (Castro, 1989. P. 134).

Este projeto de poder visava o fortalecimento de setores políticos regionais e a conjugação de forças para se alcançar a reorganização financeira, que no imaginário de uma grande parte da sociedade naquele momento, estava ligado à diversificação agrícola, pois esta

⁴Dados referentes aos períodos como governantes estaduais dos políticos.

⁵Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902)

representava a vocação natural do país e, conseqüentemente, símbolo de prosperidade.

Por este motivo, como governador do estado, Nilo Peçanha preocupou-se em transformá-lo em “... horta, celeiro e pomar do vizinho Distrito Federal, largo mareado consumidor.” (Castro, 1989, p. 141) e, para isso,

financiou equipamentos agrícolas, doou mudas e sementes, criou imposto para importação de produtos que eram produzidos no estado. Estas foram algumas das medidas executadas com o objetivo de revitalizar e pluralizar a produção agrícola fluminense (Souto, 2015, p. 5)

O sucesso na administração do estado do Rio de Janeiro, fez com que Nilo Peçanha alcançasse a vice-presidência da República, pois estava na chapa que elegeu Afonso Pena como presidente. Posteriormente, com a morte do presidente eleito, o político fluminense atingiu o ápice de sua carreira e governou o Brasil entre os anos de 1909 e 1910.

Para Sônia Regina de Mendonça,

é difícil ser casual o fato de Nilo Peçanha quem ocupasse a presidência da República quando da instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1909. A política de diversificação agrícola, nos moldes por ele tentados no Rio de Janeiro, seria uma das diretrizes da prática desse ministério, indicando um ponto de contato entre os interesses das frações agrárias da classe dominante de complexos menos prósperos e aquele órgão. (Mendonça, 1997, p.33)

Com a estabilidade política negociada e desenvolvida pelo campista Nilo Peçanha e o debate do saneamento sendo feito desde o período imperial, restava a ele, como presidente recém empossado, garantir os investimentos necessários para a efetiva implantação das comissões. Sobre isto, Souto afirma

As verbas necessárias para um empreendimento de tamanho vulto foram garantidas pelas alianças traçadas no estado e no governo federal, onde o grupo nilista manteve sua influência até o fim da década de 10 quando findou a Comissão. Com os recursos garantidos, a comissão se estabeleceu procurando fazer um levantamento de todos os documentos e estudos de saneamento realizados na região, já que outras comissões haviam atuado antes dela, ainda não fossem federais (Souto, 2015, p.6)

Neste sentido, muito menos coincidência seria o fato de a estrutura para a implantação das comissões de saneamento ter sido conquistada em curto tempo e justamente quando um cidadão fluminense assumiu o poder.

Após a sua ascensão ao cargo majoritário do executivo nacional, Nilo Peçanha teria em mãos uma facilidade maior para execução do plano de recuperação econômica através da diversificação agrícola, que vinha sendo implementado desde o seu governo estadual. Souto nos diz que

à frente da liderança nacional ele pode dar continuidade em seu projeto de recuperação agrícola e investimento na ideia de vocação natural do país na agricultura. Assumindo em julho de 1909, apenas cinco meses depois de sua posse, em 30 de dezembro de 1909, ele apresentou a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, o que demonstra que este plano já estaria pronto há algum tempo e sua implantação aguardava o melhor momento político. (Souto, 2015, p.6)

Em uma de suas falas ao Congresso Nacional, Nilo Peçanha apontou caminhos para o progresso do Brasil, evidenciando a importância do desenvolvimento das linhas férreas, da retomada da imigração, de desenvolver uma solução para as populações do Norte do país e, em seguida, as providências tomadas para a implantação e desenvolvimento da primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense.

4 OS TRABALHOS DA COMISSÃO FEDERAL DE SANEAMENTO: DAS PRIMEIRAS INTERVENÇÕES À SUA EXTINÇÃO

A primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, nosso objeto de estudos, executou seus trabalhos entre 1910 e 1916, período que compreende desde o decreto de Nilo Peçanha (já exposto anteriormente) até a sua extinção, no governo de Venceslau Brás.

Entretanto, ao analisar as fontes tanto primárias quanto secundárias, podemos observar que outros esforços para o saneamento da região existiram antes, tanto no governo imperial, quanto no próprio governo republicano.

Infelizmente, as fontes referentes ao período do Segundo Reinado ainda são insuficientes para que possamos traçar um panorama, mesmo que breve, de suas ações. De forma sucinta, encontramos menção nos relatórios de outra comissão, a de 1934, chefiada pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góes. Porém, ficamos restritos à sua ideia de que uma comissão convocada em 1883 e outra em 1889 - antes da Proclamação da República - “não lograram resultado algum” (Góes, 1934, p.17), já que não encontramos fontes que ampliassem nossa possibilidade de percepção e interpretação acerca delas. De forma geral, a conclusão a que podemos chegar é simples: já neste período, a Baixada Fluminense era vista como um território carente de ações mais sistemáticas.

Entre 1889 e 1894, a administração estadual passou por muitas reformas para adequar-se ao novo regime. Lúcia Helena Pereira da Silva afirma:

Somente em 1894, através da lei 173 de 27/11 definiu-se na prática o quadro de obras de caráter geral, ou seja, aquelas que estariam sob a competência do governo estadual, entre elas as obras de limpeza e desobstrução de rios, além da dragagem dos pântanos. Das quatro obras desse item, três ocupavam a Baixada Fluminense e uma na baixada de Campos, essa última ficaria a cargo de uma empresa particular em função de um contrato vigente, mesmo tendo sido assinado no tempo do império (19 de abril 1889). (Silva, 2014)

A partir de 1894, Góes aponta a criação da Comissão Estadual de Saneamento, através da lei 71 de 10 de fevereiro, abrindo crédito anual de 500 mil réis, que seriam destinados ao saneamento das bacias hidrográficas no litoral do estado. Em outubro do mesmo ano, são publicadas as instruções para a execução da lei 71, especificando o que deveria ser estudado e de que forma seria organizada, já que funcionaria como um órgão dentro da administração pública, dentro da Secretaria de Obras Públicas e Indústria. Segundo o decreto 128 de 10 de outubro de 1894:

A comissão terá por fim o estudo de todos os dados indispensáveis para a organização do projeto de saneamento da baixada do Estado do Rio de Janeiro, a organização deste projeto e a indagação de todas as informações convenientes, para esclarecer o juízo sobre as vantagens e condições financeiras do melhoramento. (Góes, 1934. p. 18).

Ou seja, o decreto não apenas torna possível a execução da lei, mas demonstra preocupações econômicas, já que aponta como objetivo a viabilidade e as vantagens financeiras das intervenções, o que é reforçado pelo discurso do então presidente de estado do Rio de Janeiro, Joaquim Maurício de Abreu, em 1895 (ano em que as intervenções estavam em pleno funcionamento): “O governo entregará à agricultura, terrenos fertilíssimos e, valorizados também pela proximidade a três importantes centros de consumo e libertará as populações visinhas da malária, que há longos anos as tem desimado”.⁶

O trecho do discurso é relevante para que consigamos compreender um ponto importante: a modernização e a valorização econômica por vezes iria se encontrar com o discurso médico e sanitário, naquele momento. A comissão deveria, além de recolher dados sobre o curso de águas, meteorológicos, análise da aplicação agrícola dos terrenos e aproveitamento dos rios e canais para navegação, ter como prioridade livrar a população local da Malária, também chamada à época de Impaludismo, e que foi considerado um dos principais fatores para a decadência econômica e demográfica da Baixada Fluminense naquele período.

Importante salientar que tal encontro não cria uma condição de necessária complementaridade entre os discursos, como nos indica Fadel, afirmando que “Essa ligação entre trabalhos de engenharia e política sanitária não perdurará na Baixada Fluminense, pois ali as comissões compostas por engenheiros vão sobrepujar a atuação dos médicos.” (Fadel, 2006. p. 111)

Sobre essa associação, destaca-se o relatório de Alberto de Seixas Martins Torres, outro presidente de estado, já em 1898, apontando a importância da Malária no agravamento das estatísticas de mortalidade do estado e compreendendo, a partir de uma visão avançada naquele período, que a devastação estaria diretamente associada à crise econômica e sanitária, “quase que no prenúncio de uma relação entre devastação ambiental e perda de qualidade de vida” (Fadel, 2006, p. 112). No relatório de Torres

O problema sanitário do estado está inteiramente ligado com o problema econômico. Os pântanos em que se converteram as nossas bacias hydrográficas e o deserto

⁶ ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório do Presidente do Estado, 1895. p 21 E 22. Disponível em www.brazil.crl.edu Acesso em 30/11/2017

árido que a cultura extensiva tem reduzido a superfície do solo fluminense são as causas da mobilidade da população, assim como as do seu empobrecimento.⁷

O desenvolvimento econômico era visto, naquele momento, como incremento à agricultura, e mesmo estando alocada em uma pasta voltada para indústria - na Secretaria de Obras Públicas e Indústria (SOPI), já que a indústria era vista como instrumento de desenvolvimento à lavoura - o objetivo da Comissão era entregar à população terras férteis livres de doenças.

Assim, se torna importante salientar que todas as repartições estavam em sintonia com uma visão de desenvolvimento regional, que passaria pelo incremento da agricultura. Por conta disto, temas como imigração (braços para lavoura) e tecnologia (educação, indústria e vias férreas) eram acionadas pela administração como suporte ao desenvolvimento agrícola.

Em 2 de maio de 1900 foi decretada a suspensão das atividades da primeira comissão do período republicano, sob a alegação de pouca utilidade do seu custo de manutenção. No balanço feito pelo presidente do estado, apesar da quantidade de estudos minuciosos sobre a Baixada Fluminense, as maiores intervenções ocorreram na Baixada Campista (região mais atrativa por conta da agricultura), tendo pouca efetividade prática para outros territórios.

Cabe a nós evidenciar que apesar do discurso da pouca utilidade, grande parte dos objetivos da comissão foram alcançados, pois em seus seis anos de existência possibilitaram um amplo conhecimento sobre a região, embora não tenham sido executadas as propostas para o desenvolvimento econômico.

Sobre as conclusões da comissão estadual, a historiadora Lucia Silva nos diz que

A Comissão consolidou a ideia que as terras próximas aos três principais centros urbanos (Petrópolis, Niterói e Rio de Janeiro) eram fertilíssimas e que demandavam de duas ações do Estado: o dessecamento dos terrenos para uso da agricultura e a atração de mão de obra para o trabalho no campo, na medida em que a região era vista como um grande vazio demográfico, mas para isso era necessário torná-la própria à ocupação. Para a Comissão os alagamentos e a proliferação de doenças não eram as causas dos problemas na região, mas obstáculos construídos pela falta de ação do Estado, esta sim a principal dificuldade que impedia o desenvolvimento econômico. Na prática a Comissão não avançou no saneamento da região, entretanto, conseguiu transformá-la em centro de preocupação do Estado, ao colocar como questão a necessidade de atuação direta. (Silva, 2014)

Em 1902, já com Quintino Bocaiúva à frente do governo estadual, ocorre a proposta de novo contrato (não efetivado, diga-se) e, pela primeira vez, a questão do saneamento é associada ao povoamento e vista a partir da necessidade de ligar à Baixada Fluminense ao Distrito Federal, fato novo no histórico das comissões. Esta mudança de concepção é

⁷*Ibidem.* p. 21 e 22.

fortemente influenciada pela reforma urbana que estava planejada e prestes a acontecer na cidade do Rio de Janeiro, capital da República na época. Quintino Bocaiúva em seu relatório para o contrato afirma:

A principal riqueza das nações não consiste na extensão de seu território. A fertilidade das terras, o bom clima, as suas matas, as suas águas, as suas minas são elementos poderosos de força e de prosperidade, mas tudo isso não vela sem o homem. Esse será sempre o primeiro capital de uma nação.⁸

O estímulo à imigração seria um caminho para resolver os problemas de habitação da região, desde que houvesse uma distribuição do contingente populacional em regiões apropriadas, com terras em boas condições para que se estabelecessem contratos sérios e honestos, através da concessão da terra ou da compra por meio do trabalho.

Sobre a incorporação da região à capital federal, Silva nos diz,

Em nível estadual, sob a égide do desenvolvimento da agricultura, as terras alagadas eram vistas como fronteira de expansão, sertão que precisava ser incorporado efetivamente à economia regional, desde que as doenças fossem controladas. Para o governo federal, a região era pensada como suporte da capital em função de sua proximidade, o que na prática significava controle da rede de abastecimento de água, criação de um cinturão verde e provimento de um estoque de terras para habitação, mas tudo isso dependeria também do controle das doenças e do transporte acessível, no caso o trem. (Silva, 2014).

Neste caso, embora haja esta diferença com relação à incorporação da Baixada à capital federal, percebemos que tanto na primeira comissão estadual, quanto na proposta de novo contrato, há o objetivo comum do fim da insalubridade que, junto com as propostas de intervenção para a região, apareceriam como elementos importantes de referência para a comissão convocada no governo de Nilo Peçanha posteriormente.

Nilo Peçanha foi presidente da República durante dezessete meses, assumindo após a morte do titular, o mineiro Afonso Penna. Dentre as medidas desenvolvidas em seu governo, como dito anteriormente, figurou a nomeação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, decisão contida no XVII do art. 18 da lei n. 2221 de 30 de dezembro de 1909.

Segundo o relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP) de 1910, assinado pelo então Ministro José Joaquim Seabra, a comissão compunha-se de um engenheiro-chefe, de um chefe de secção e de um engenheiro ajudante, cuja tarefa inicial consistia em coletar os documentos e cartas já existentes sobre a região e elaborar uma planta geral da Baixada.

⁸ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório do Presidente do Estado, 1904. p 26. Disponível em www.brazil.crl.edu

Inicialmente a comissão era composta pelos seguintes engenheiros: Marcelino Ramos da Silva, Ângelo Miranda Freitas e Alarico Irineu de Araújo; contudo, após a morte de Marcelino Ramos da Silva, em 25 de dezembro de 1910, Moraes Rego foi nomeado engenheiro-chefe, cargo que ocupou até a extinção da comissão, em 1916.

Após a formação da Comissão, o governo de Nilo Peçanha se preocupa em providenciar as medidas necessárias para que se iniciassem os trabalhos: o edital de concorrência foi publicado em 9 de agosto de 1910 e em 20 de outubro do mesmo ano, o decreto nº 8313 foi assinado, desapropriando os terrenos e prédios compreendidos na região a sanear.

Concorreram no edital Luiz Rodolfo Cavalcante Filho e Jeronymo de Alencar Lima; Caetano César de Campos e Catanhede e Cia; Luiz Betim Paes Leme; Gebrueder Goedhart A.G; Societé Financière e Commerciale Franco-Bresiliénne; Societé Française Industrielle d'Extrême Orient. Dos seis proponentes, os dois primeiros, engenheiros brasileiros, foram eliminados por não comprovarem trabalhos anteriores na área de saneamento. A firma Gebrueder Goedbart A.G., de origem holandesa-alemã, apresentou o orçamento de 6.890:312\$000, foi contratada para a realização dos trabalhos. Segundo relatório do MVOP, o critério para a escolha foi o menor preço.

O decreto n.8323 de 27 de outubro de 1910 “autorizou o contracto para a execução das referidas obras com a firma Gebrueder Goedhrt, de Dusseldorf (Alemanha), mediante clausulas que com elle baixaram”. Aceitas todas as condições pela firma vencedora, foi o contrato assinado, em 10 de novembro de 1910.

Vimos que o saneamento da Baixada Fluminense não era uma ideia nova, original. Havia esforços e preocupações antigas com relação a este tema. De certa forma, parte da história da Baixada Fluminense aparece no primeiro relatório que Justificava a formação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense:

Os primeiros exploradores da Baixada, á cuja frente estavam os jesuítas, tinham condição especial em impedir a formação de pântanos onde quer que as condições topographicas favorecessem a estagnação das águas transbordadas dos leitos dos rios. A abertura de pequenas vallas em tempo opportuno e a limpeza dos rios, dando franco escoamento ás águas, eram medidas sufficientes para consertar enxutos terrenos marginaes do curso d'água e manter franca navegação destes. A expulsão dos jesuítas, porém, dando logar ao abandono das grandes propriedades da Ordem, e a construção das estradas de ferro que atravessam a baixada, sem os cuidados necessários para evitar que aterros e obras de arte causassem embaraço ao escoamento das aguas, determinaram a formação dos primeiros pântanos, donde a malária começou a irradiar-se para sua obra de devastação. O despovoamento gradativo da zona, como consequência das más condições de salubridade, foi agravando cada vez mais a situação anterior. Os pântanos e aladiços invadiram os terrenos entregues á agricultura: novos e mais vastos focos malaricos se produziram,

afugentando a população rural e levando a ruína onde antes dominava a prosperidade. Caiu em completo abandono o serviço de conservação das vallas de drenagem, obstruíram-se os leitos dos rios e formaram-se bancos em suas barras. E assim converteram-se em vastos e infectos pântanos excellentes terrenos situados ás portas desta capital.

Diversas tentativas foram feitas para remediar a essa deplorável situação, mas nenhuma se colheu resultado prático aproveitável.⁹

A partir deste trecho do relatório, podemos concluir que a eliminação da malária se configuraria como a principal preocupação desta comissão, já que é esse o argumento utilizado como justificativa para a implantação da Comissão. Entretanto, combater a Malária significava também restituir o potencial agrícola do local.

O relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas continua com a sua análise, identificando os motivos pelos quais haveria se formado pântanos na região: o primeiro deles, o abandono das terras aliado à falta de conservação dos rios e o segundo as intervenções para a construção de estradas de ferro. Sobre o primeiro ponto, verifica-se nos relatórios da Comissão e do Ministério, uma grande preocupação, após o andamento de parte das obras, com a necessidade de ocupação, como uma forma de conservar o que havia sido feito. Além disso, também esteve presente duras críticas à construção das ferrovias, que esteve relacionada com o nível de insalubridade da região, como podemos observar no trecho do relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1910 adiante, que detalha especificamente a região do rio Estrella

Existem diversas vallas ligando uns aos outros os tributários do rio Estrella, que por terem sido abertas sem prévio estudo, produziram os mais desastrosos resultados. Assim a denominada “canal da Taquara”, que liga o Imbarié ao Roncador, a qual fez secar completamente o leito deste último, prejudicando enormemente toda a várzea do Imbarié, que ficou transformada em um enorme pântano, sem escoamento, devendo-se considerar-se um enorme desastre para a lavoura da ex-villa Estrella. Do mesmo modo, a que tem a denominação de “Rio das Antas” e liga o Imbarié ao Cayoba, dando escoamento ao excesso das aguas dos transbordamentos deste ultimo rio, vem augmentar o extenso banhado dos Mosquitos que por suas emanações pútridas, além de victimar os poucos moradores da zona, concorreu para a ruína completa da antiga e florescente villa da Estrella. Ainda , o canal aberto entre o rio Cayóba e o rio Piabetá, para sanear a fazenda do Pau Grande, deu resultado negativo para essa propriedade e provocou o alagamento de terrenos, dantes seccos, , da fazenda do Fragozo, tornando-a inhabitável.

Todo o terreno inferior a essa várzea está completamente alagado formando um aladiço impenetravel e coberto de matto e vegetação aquática, destacando-se em alguns pontos a parte mais elevada do terreno como verdadeiras ilhas. Para semelhante resultado contribuíram muito não só os aterros da Estrada de Ferro, como os da estrada de rodagem em direção á freguezia do Suruhy, cujas pontes não teem a secção de vazão sufficiente para o livre escoamento das águas.¹⁰

⁹ Relatório do MVOP, 1910. p. 478

¹⁰ *Ibidem*, 1910. p. 474-475

Dessa forma, podemos compreender que a insalubridade da região não foi encarada pela comissão como um caminho natural, consequência apenas de sua geografia. A intervenção humana, feita sem estudos, contribuiu para dar à região as características negativas observadas naquele momento.

Tal discurso é interessante pois representa um importante contraponto ao discurso hegemônico no período, de que as estradas de ferro representavam necessariamente o progresso, relação inclusive encontrada na historiografia. Sobre este fato, Fadel nos afirma “Sobre esse aspecto, saliento o fato de que Moraes Rêgo não faz críticas á estrada de ferro, mas à necessidade de uma análise das condições do ambiente nas quais as obras serão realizadas.” (Fadel, 2006, p.115) Ou seja, a ideia de progresso e a preocupação técnica dos engenheiros dificultavam a reflexão sobre as questões ambientais e, neste sentido, a comissão de 1910 contribuiu de forma inovadora para os conhecimentos e procedimentos de engenharia no período, ao propor esta leitura crítica da construção das estradas de ferro.

Continuando nessa perspectiva, cabe-nos complementar o exposto afirmando que não é incomum encontrarmos nos relatórios do Ministério de Viação e Obras Públicas a palavra “racional” associada ao Saneamento e à ação da Comissão. Podemos dizer, portanto, que o Saneamento deveria ser balizado pela razão científica e técnica. O relatório de 1913 nos indica:

Por mais de uma vez fiz ver ao Governo que semelhante commettimento, em qualquer paiz, e em tão grande escala, como é o da baixada fluminense, exige, entre outras, amplos recursos pecuniários e absoluta autonomia da administração. Cercear ou restringir qualquer dellas importa em perda de avultadas sommas e alheamento da responsabilidade de quem projecta e executa semelhantes obras.¹¹

Diante disto, percebemos que a ciência é o que legitima os trabalhos da Comissão e tal ideia é reforçada quando, ao ler os relatórios, nos deparamos com a enorme quantidade de dados meteorológicos, mareológicos, hidrográficos e topográficos presentes em todo o tempo de atividade da Comissão.

Não nos deteremos nestas linhas a especificar de forma minuciosa os tipos de intervenção para cada local específico, principalmente pelo fato destas ações apresentarem um alto teor técnico, que não se apresenta como a nossa preocupação imediata.

De forma geral, podemos afirmar que a proposta da Comissão nos relatórios de 1910 – seu primeiro ano de atuação -, englobava 13 rios e bacias dos quais, para 7, não se apresentou

¹¹ MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Relatório apresentado dos trabalhos realizados durante o ano de 1913: apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, 1913. p.1

proposta de intervenção, sendo eles Merity, Sarapuhí, Iguassú, Estrella, Guia de Pacopahyba, Cruará e Guaxindiba. Para os outros, a primeiras propostas passavam pela limpeza de leitos, abertura de canais, desobstrução de afluentes e construção de pontilhões em pontos represados. Neste momento, ainda não existia um projeto muito bem definido de intervenção, mas era necessário desenvolver proposições iniciais para serem apresentadas e viabilizar a licitação e a assinatura do contrato com a empreiteira.

A partir de 1911, o que se observa é uma maior quantidade de regiões, estudadas e contempladas pela presença e verificação técnica da equipe pertencente à comissão e, por consequência, uma maior intervenção. Regiões como a bacia do rio Estrella, que no relatório de 1910 não era alvo de intervenções, no ano seguinte foi um dos locais de onde se tinha mais dados e já contava com a finalização de uma das obras, inclusive.¹²

Durante o ano de 1912, foi concluída a dragagem dos principais rios que desembocavam na Baía de Guanabara, com exceção do Rio Iguassú, além de uma grande quantidade de dados coletados sobre as regiões. Interessante notar, através dos relatórios, que o estudo das regiões acompanha as ações práticas, fato necessário devido ao desconhecimento inicial, da região, como observamos nas propostas de 1910, acima indicadas.

Os relatórios de 1913, 1914 e 1915 apontam a continuidade das obras e nos indicam que se o relatório inicial projetava a intervenção em 6 das 13 bacias, ao final das obras, 10 delas tiveram trabalhos desenvolvidos e fiscalizados, incluindo Merity, Sarapuhy, Estrella e Iguassú.

Para além do simples desenvolvimento dos trabalhos, uma preocupação muito freqüente nos relatórios analisados era a de preservar aquilo que já havia sido feito. Inicialmente, o corpo técnico desenvolveu obras com esse intuito, entretanto, a defesa da comissão não se restringia ao desenvolvimento de novas obras: havia a compreensão de que a preservação passava pela ocupação dos terrenos saneados.

Cabe-nos lembrar que, em 1910, quando a Comissão foi instituída, uma das principais ações foi considerar a desapropriação dos terrenos a serem saneados e já em 1911 o relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas apresenta uma preocupação com a efetivação desta medida:

Trabalho inteiramente novo no paiz, o do saneamento de uma zona avaliada pelas cartas existentes em cerca de quatro mil quilômetros quadrados, exigindo elevada despesa embora possa em futuro próximo ser largamente compensada com a alienação dos terrenos saneados, desde que se torne effectiva a desapropriação

¹²Foram concluídos no ano de 1911: “o canal da barra do rio Estrella, (...) o da barra do Suruhy (...) o canal da barra do Macacú, em 31 de dezembro do ano findo já estava aberto em uma extensão de 1500 metros. Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas, 1911. P 443

determinada pelo decreto n. 8313, de 20 de outubro de 1910 (...).¹³

Com a desapropriação dos terrenos, tornando-os públicos, e a sua futura venda, os custos empregados pelo Governo Federal seriam restituídos. Além disso, com a recuperação das vias terrestres e o desenvolvimento das vias fluviais – consequências das obras - o potencial agrícola seria restituído e reforçado pela maior possibilidade de circulação de mercadorias. O relatório aponta que

Basta-se dizer que, uma vez desobstruídos os principais cursos d'água dessa parte da Baixada Fluminense, a navegação fluvial por barcos ou vapores, até dois metros de calado, poderá ser feita numa extensão de 300 quilômetros (...).¹⁴

Para efetivar a desapropriação, o Governo federal publicou em Diários Oficiais convocações para a presença dos proprietários dos imóveis e terrenos, com seus respectivos títulos, para averiguação e indenização dos imóveis, o que também não teve grande efeito.

A maior dificuldade da Comissão com relação essa questão reside no abandono encontrado na região. Em 1912, a urgência da ocupação era tão alta que outra solução foi proposta: que os proprietários pagassem o valor das benfeitorias – em partes ou o todo - feitas nos seus terrenos se preocupassem em ocupar de imediato as terras saneadas.

Diante do insucesso dessas propostas, a Comissão Federal apresenta uma última possibilidade no relatório de 1914: colocar o Estado do Rio de Janeiro como responsável pela conservação das obras. Devido ao cenário do período, e à grande oneração que o Governo Federal tinha em mãos, na execução de obras de melhoria em propriedades privadas. Diante disso, nos diz Fadel

No relatório de 1915 apresentado pelo MVOP, bem como no relatório do mesmo ano elaborado por Moraes Rego, a questão da ocupação dos terrenos saneados não foi mais tratada. Acreditamos que a ideia de regionalização das obras de saneamento, através da responsabilidade de conservação pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, tenha representado a última proposição adotada pela comissão. (Fadel, 2006. p. 142)

Sem dúvida, os gastos despendidos até aquele momento e a ineficácia na tentativa de conservação das obras foram fatores que tiveram um peso importante para a extinção da Comissão em 1916. Segundo Fadel, um argumento utilizado por historiadores que analisam a comissão anteriormente refere-se ao contexto da Primeira Guerra, que teria provocado retração no mercado nacional e insuficiência de verbas, e ao fato da empresa responsável ser

¹³*Ibidem*. 1911. p. 441

¹⁴*Ibidem*. 1911. p. 445

alemã como principais motivadores para o fim dos trabalhos.

Tal proposição é negada pela autora. Em primeiro lugar por que as potências aliadas recorriam ao mercado brasileiro para se abastecer de gêneros agrícolas, o que reforçaria a importância das obras de saneamento na Baixada, e não sua exclusão. Além disso, o fato da empresa ser alemã não representaria um fator primordial, pois não há menção a este fato nos documentos e a lei que proibia o comércio com países considerados inimigos (como a Alemanha àquela altura) só foi feita em 1917, ou seja, após a extinção da Comissão.

Sendo assim, Fadel nos indica que os motivos pelo término da Comissão estariam relacionados com a perda de prioridade para o Governo federal, tendo um grande peso para isto, a regionalização da Conservação, que aos poucos foi afastando o caráter prioritário das obras, já que favorecia apenas ao Estado do Rio de Janeiro.

De forma geral, a Comissão de Saneamento para a Baixada Fluminense que durou de 1910 a 1916 pode ser considerada como uma iniciativa que esteve aquém das iniciativas anteriores, tanto no volume quanto no caráter técnico das intervenções. A transformação de rios sinuosos em rios “retos”, a unificação de rios separados, e a criação de canais, pensada por técnicos e engenheiros foram intervenções que alteraram o ambiente local e representam um primeiro esforço partindo do governo federal para tornar a região da Baixada Fluminense, além de salubre, economicamente potente. O que se observa é que tais aspirações passaram por problemas na conservação das obras e a perda de importância, consequência desinteresse do próprio governo federal na manutenção das obras, já que este sentia os cofres onerados por algo que beneficiava apenas a um estado.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo permitiu a ampliação dos nossos conhecimentos acerca da História do estado do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense, bem como de algumas questões caras à historiografia atual.

Num primeiro momento, pudemos estabelecer um debate e balizar as possibilidades de entrelace das noções de História Local e Microhistória com a História Ambiental, um campo que vem se afirmando nos últimos tempos, principalmente pela urgência das questões relativas ao ambiente no nosso tempo.

Além disso, compreendemos de forma breve a trajetória econômica da Baixada Fluminense ao final do Império e no início da Primeira República, momento em que há uma decadência do potencial agroexportador da região e uma grande preocupação, dos grupos hegemônicos no Estado do Rio de Janeiro naquele período, com a recuperação daquilo que seria a “vocação natural” da região: a agricultura.

Com rela o a este processo, concluímos que para que tal objetivo fosse alcançado, era necessário promover uma recupera o sanitária da região, para tornar as terras pantanosas férteis novamente e eliminar a Malária, um dos principais fatores para o  xodo que provocou a decadência da região. A execu o deste projeto passou pelos esforços do político campista Nilo Peçanha que, ao assumir a presidência da república, d  início   primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense.

A Comissão foi organizada em 1909, tendo seus trabalhos iniciados em 1910 e extinta em 1916. Neste período, preocupou-se com a atua o principalmente nas regiões que continham bacias e rios que poderiam ter o seu potencial navegável explorado com as interven es. Observamos nas fontes estudadas uma grande preocupa o, por parte da comissão, com a necessidade de ocupa o da região, a partir da desapropria o dos terrenos beneficiados com as interven es.

Entretanto, apesar das inúmeras tentativas de promover a imigra o, a baixa fiscaliza o, a demora para a execu o das propostas da Comissão e, por último, a tentativa de passar ao governo do estado a responsabilidade por essa etapa das a es, acabaram promovendo um grande desinteresse do Governo Federal em promover a continuidade dos trabalhos, sob a justificativa de grande  nus para os cofres públicos em prol do beneficiamento de apenas um estado. Com isto, em 1916, a Primeira Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense foi extinta.

Nestas breves linhas, permitimo-nos dialogar e fazer dialogar importantes estudos sobre as temáticas apresentadas e sobre a região estudada. Tradicionalmente marginalizada, não apenas pelas políticas públicas muitas vezes ausentes ou inconclusas – como este trabalho nos mostrou – mas também carente de estudos acadêmicos profundos, que ofereçam chaves de análise para a realidade objetiva vivenciada e que de alguma forma consigam auxiliar na compreensão de uma lógica rica e viva, no passado e no presente, tivemos como objetivo estimular os olhares sobre o território, auxiliando na interpretação acerca dos desafios do presente na região.

Este estudo nunca teve a pretensão de esgotar ou dar conta dos olhares possíveis, mas antes instigar e promover questionamentos para que novos campos de investigação histórica sobre a localidade sejam abertos no futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Claudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, RJ:APPH, CLIO, 2003. 197 p.

BRASIL, **Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1911 a 1916**. Disponível em:<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/relatorio-ministerio-viacao-obraspublicas/459194>, acesso em 11/11/2017

CALLAI, Helena Copetti. **O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e pertencimento**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, 2004.

CASTRO, Silvia Pantoja de. O projeto político de Nilo Peçanha – a consolidação do Nilismo. In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *A República Velha da província: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio Fundo Ed., Rio de Janeiro, 1989.

CERRI, Luis Fernando. **Regionalismo e Ensino de História**. Comunicação apresentada no II Encontro “Perspectivas do Ensino de História”, ocorrido na Faculdade de Educação da USP em 13 de fevereiro de 1996.

CRONON, W. Um lugar para relatos: natureza, historia y narrativa. In: PALACIO, G; ULLOA, A. *Repensando la naturaleza: Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*. Bogotá, Colombia: Universidad Nacional de Colombia-Sede Leticia; Instituto Amazónico de Investigaciones Imani; Instituto Colombiano de Antropología e Historia; Col. ciencias, 2002. p. 29-65.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental**: temas, fontes e linhas de pesquisa. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.177-197.

FADEL, Simone. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República**: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FIGUEIREDO, José Orlando de. JUNIOR, Dirceu de Mattos. JUNIOR, Jorgino Pompeu & NEGRI, José Dagoberto. **CITROS**: principais informações e recomendações de cultivo. Texto preparado para a versão eletrônica do Boletim Técnico 200 (IAC). 17 de março de 2005.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. “História Local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância”. In: MONTEIRO, Ana Maria et alii (Orgs.). **Ensino de História**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento**: as bases das políticas de saúde pública no Brasil, São Paulo. Editora Hucitec; ANPOCS, 1998, 261 p.

_____; MELLO, Maria Teresa de; SANTOS, Paulo Roberto. **A Malária em foto**: imagens de campanhas e ações no Brasil da primeira metade de século XX. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz; Casa de Oswaldo Cruz, v.9 suplemento, 2002, 24 p.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e o Brejo**. Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13016_v1.pdf acesso em outubro de 2017.

_____. **O Homem e a Guanabara**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE. 1964.

LEMOS, Renato Luiz do Couto Neto. O Republicanismo Fluminense nos quadros da crise do Império. In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **A República Velha da província**: oligarquias e crise no Estado do Rio de Janeiro (1889-1930). Rio Fundo Ed., Rio de Janeiro, 1989.

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens Culturais da Baixada Fluminense**. USP. FFCL, Boletim CX – Geografia N°4, 1948.

OLIVEIRA, Thalita Maria Cristina Rosa. **A política curricular de história no mercosul educacional**: Investigando os discursos sobre “identidade regional”. Rio de Janeiro, 2010.

PÁDUA, José Augusto. **As bases Teóricas da História Ambiental**. Estudos avançados 24 (68), 2010.

_____. **Um sopro de destruição**: Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista. 1786 – 1888. - 2 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

PEREIRA, Waldick. **Cana, Café e Laranja**: história econômica de Nova Iguaçu. Fundação Getúlio Vargas, SEEC, Rio de Janeiro, 1977.

PRADO, Walter de Oliveira. **História social da Baixada fluminense**: das sesmarias a foros de cidade. Rio de Janeiro: Ecomuseu fluminense, 2000.

QUEIROZ, Edileuza Dias & GAMARSKI, Ellen Araújo de Barcellos. **Transformações na Agricultura em Nova Iguaçu**. Disponível em <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Edileuza%20Dias%20de%20Queiroz.pdf> acesso em 20/11/2017

REZNIK, Luís. **Qual o Lugar da História Local?**. In Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino da História. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000

ROCHA, André Santos da. **Projetos e intervenções de saneamento na Baixada Fluminense do século XIX e início do XX** - representações e continuidades. Revista Continentes (UFRRJ), ano 3, n.5, 2014, p. 76-92 (ISSN 2317-8825)

RÜSEN, J. **The didactics of history in West Germany**: towards a new self-awareness of historical studies. History and Theory, Middletown, v. 26, n. 3, 1987.

_____. **El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico**: una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. Trad. Silvia Finocchio. Propuesta Educativa, Argentina, n 7. out. 1992.

_____. **Razão histórica**: teoria da história; os fundamentos da ciência histórica. Brasília, DF: UNB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos e GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A Formação da Consciência Histórica de Alunos e Professores e o Cotidiano em aulas de História**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em novembro de 2017.

SIEBERT, Célia. **História do Estado do Rio de Janeiro**. São Paulo: FTD, 2001.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. A Baixada Fluminense vista através da primeira Comissão de Saneamento da república (1894-1900). In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; DERNTL, Maria Fernanda; PALAZZO, Pedro Paulo; TREVISAN, Ricardo (Orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo**: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <http://www.shcu2014.com.br/content/baixada-fluminense-vista-atraves-da-primeira-comissao-saneamento-da-republica-1894-1900>. Acesso em 12/11/2017

_____. **Saneamento e política na Baixada Fluminense**: Nova Iguaçu no início do século XX. Revista de Ciências Humanas, v. 48, n. 2, p. 282-302, jul-dez 2014.

SILVEIRA, Jorge Luís Rocha da. De quando dar os anéis: Hidra de Iguaçu. **Cadernos de textos de História local e regional da Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: FEUDUC/CEMPEDOC-BF/APPH-CLIO, ano 2, n. 3, abr./maio/jun., 2000.

SOUTO, Adriana Branco Correia. **Nilo Peçanha e a Primeira Comissão Federal da Baixada Fluminense**: política e saneamento nos anos 1910. XXVIII Simpósio Nacional de História. pp. 2-16. Florianópolis – SC, 2015.

SOUZA, Sonali Maria. **Da Laranja ao Lote**: Transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, UFRJ, PPGAS/Museu Nacional, 1992.

TAVARES, Felipe Rangel. **O Cinza que se expande pelo Verde que se vende**: Geração de Estratégias Através de Condições de Conflitos na Baixada Fluminense. Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. p. 1-9. Porto Alegre - RS, 2010.

THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORRES, Gênesis (org.). **Baixada fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política**. São João de Meriti, RJ: IPAHB Ed., 2004.